



CONEXÃO UNIFAMETRO 2020

XVI SEMANA ACADÊMICA

ISSN: 2357-8645

## UM ESTUDO DA LITERATURA SOBRE PAUPERIZAÇÃO NA CIDADE DE FORTALEZA

**Thaís Oliveira Ponte**

(Docente-Centro Universitário Fametro - Unifametro)

(thais.ponte@professor.unifametro.edu.br)

**Área Temática:** Políticas Públicas e Direitos Sociais  
**Encontro Científico:** I Encontro de Experiência Docente

### RESUMO

Este trabalho possui como tema a pauperização na cidade de Fortaleza, do ponto de vista da produção do espaço urbano. Dessa forma, o objetivo é realizar um balanço da literatura sobre pauperização na capital do Ceará. Tem-se como objeto de estudo a própria bibliografia sobre pauperização no espaço urbano. Em termos gerais, os procedimentos metodológicos adotados neste trabalho, passaram basicamente por um levantamento bibliográfico. Essa etapa visa identificar e reunir obras, sobretudo, através de consulta aos acervos das bibliotecas especializadas, bem como por meio de acesso a bases de dados científicos disponíveis de busca online, tais como: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do IBICT, Domínio Público e Scielo. O material bibliográfico coletado passou, de início, por leitura seletiva, em seguida, por fichamento e, finalmente, por trabalho de sistematização e interpretação, que resultou no texto cuja estrutura apresenta-se neste trabalho. A análise da bibliografia selecionada indicou que a ação do governo federal com relação às precárias condições de vida no Nordeste, apesar de parecer minimizá-las, acaba por reforçá-las, pois não considera que o próprio modo de produção vigente e, de forma mais específica, a atuação do Estado é também responsável pela pauperização da população.

**Palavras-chave:** Pobreza Urbana; Produção do Espaço Urbano; Pauperização.

### INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho consiste em tentar focar a literatura sobre a pauperização que existe na cidade de Fortaleza, procurando conhecer o que a caracteriza e a diferencia nas suas análises. Nosso problema é, portanto, o estudo da pauperização nas cidades e nosso campo de investigação empírica é a bibliografia disponível sobre esse tema na capital do Ceará. Utilizaremos o termo pauperização por entender que se refere a um processo e, por isso, possui um caráter mais amplo do que o termo pobreza. Contudo, como será indicado, muitos autores não realizam essa distinção entre a situação da pobreza enquanto um processo de empobrecimento amplo, da situação de pobreza propriamente dita. Por esse



motivo, ao se escrever esse trabalho, foi realizado o esforço de distinguir as abordagens adotadas pelos autores escolhidos.

Existe, de modo geral, um esforço analítico das ciências sociais nas interpretações do fenômeno da pobreza. Na cidade de Fortaleza, o que se percebe no estudo da bibliografia a respeito do tema é o escancaramento do modelo de acúmulo da propriedade da terra, exploração do trabalho e concentração do capital aliado ao processo migratório que deixa um lastro de pauperização no território convivendo ao mesmo tempo com a ostentação e as riquezas. Dessa forma, alguns autores da sociologia abordam esse tema a partir do paradigma da riqueza e da pobreza no contexto urbano.

Percebe-se que, além das secas constantes, as migrações frequentes são provocadas também pela falta de opção de terras cultiváveis e por outros fatores de expulsão da população. A estrutura fundiária concentrada tem provocado diversas consequências conforme indicam Diógenes, Fernandes e Lima (1991, p. 49):

O latifúndio contribuiu com a concentração de terras, falta de aproveitamento e relações que estabelece no processo produtivo, e o minifúndio com a falta de condições próprias do agro nordestino: solo, clima, insumos e equipamentos adequados, e uma estrutura familiar que, se por um lado beneficia enquanto mão-de-obra, por outro lado, dificulta no que se refere à sobrevivência, ou seja, mais membros são também “mais bocas para alimentar.

Tal concentração de terras concede para a população pobre, justamente aquelas áreas que não são de interesse do mercado imobiliário, nem do Estado e que não pertencem a grandes proprietários de terra. Esses locais onde vivem a população pobre são a marca da desigualdade social, onde delineiam-se condições subumanas de moradia, de atendimento escolar, de saúde e de alimentação, sendo precários e insuficientes. Coincidem com essas características altos índices de desemprego, de baixa remuneração (exploração do trabalho), de ausência de vínculo empregatício (trabalho informal), indicando porque a pobreza se torna tão visível no espaço urbano da capital (DIÓGENES; FERNANDES; LIMA, 1991).

Em Fortaleza o paternalismo tem forte herança nas relações políticas internas e desempenha um papel importante na manutenção do processo de pauperização. A estrutura administrativa é manipulada pelas classes dominantes e o Estado assume uma postura de troca de “favores” para assim, manter um certo controle. (SILVA, 1991).

No tecido urbano, jogos e conflitos de interesse estão registrados espacialmente. Numa cidade como Fortaleza, surgida a partir de uma urbanização terciária, o Estado assume um papel fundamental, na medida em que a estrutura estatal contém em si várias formas de revelar seu papel divinizador seja pelos “favores”, seja pelo



paternalismo. A partir dessa condição ele controla segmentos significativos da sociedade. (SILVA, 1992, p. 96)

A amplitude da atuação do Estado envolve não só o aspecto administrativo, mas também o caráter ideológico que contém e orienta as várias ações estatais. Embora o Estado capitalista seja o resultado da condensação das relações entre múltiplas forças e interesses divergentes, ele funciona em conformidade com a lógica do capital. Esta é contraditória porque promove a exploração e a alienação do trabalhador e da força de trabalho, ao mesmo tempo em que se desenrola em um cenário que se prega o discurso da igualdade e da liberdade.

A desigualdade social se reflete em uma desigualdade espacial, particularmente ligada às formas de morar na cidade. À primeira vista, o que se percebe são favelas em multiplicação, onde existe um grande adensamento e também proliferam habitações insalubres e precárias, que entremeiam com zonas de qualidade de vida mais elevada em que são produzidas habitações de alto padrão pelo mercado imobiliário. A problemática da pauperização se expressa, nesta cidade, de maneira claramente territorial, em inúmeras experiências precárias de ocupação do solo urbano. Tal precariedade remonta às origens do processo de urbanização local que implicou, em alguns momentos da história, na institucionalização de práticas de concentração dos pobres.

Segundo Pequeno (2015), tem-se percebido um progressivo crescimento dessas áreas em relação a população total. O autor apresenta ainda que em 1973 foi divulgado os dados produzidos pelo Programa de Desfavelamento que identificou 81 favelas na cidade de Fortaleza onde moravam por volta de 35 mil famílias (PEQUENO, 2015). Em 1991, a Companhia de Habitação (COHAB) do Estado do Ceará realizou novo levantamento de dados identificando 314 assentamentos precários que possuem mais de 108 mil domicílios (PEQUENO, 2015). Mais recentemente, o Plano Local de Habitação de Interesse Social de Fortaleza (PLHISFor), realizado em 2012 para a cidade de Fortaleza, indica que existem 619 favelas e um total de 843 assentamentos precários entre os quais estão incluídos favelas, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais precários. Do total de assentamentos precários, 230 estão localizados totalmente ou parcialmente em áreas de risco, predominando as ocupações no leito de recursos hídricos. Apesar de atualmente não existir uma atualização do quantitativo de assentamentos precários em Fortaleza, supõe-se que essa quantidade apresentada pelo PLHISFor tenha aumentado.



CONEXÃO UNIFAMETRO 2020

XVI SEMANA ACADÊMICA

ISSN: 2357-8645

Percebe-se que, apesar de não existir um padrão espacial na localização da população mais pobre, o processo de favelização vem se acentuando em direção às periferias, enquanto se adensam as áreas mais próximas ao Centro que conseguem resistir às pressões do setor imobiliário e do Estado.

## **METODOLOGIA**

A justificativa para a realização deste trabalho é metodológica e teve início com uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em estudo. Em termos gerais, os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento deste trabalho, passaram basicamente por um levantamento bibliográfico a respeito do pensamento sobre pobreza em Fortaleza. Foram identificadas e reunidas obras, sobretudo, através de consulta aos acervos das bibliotecas especializadas, bem como por meio de acesso à bases de dados científicos. A idéia que serviu de base para a realização deste trabalho do ponto de vista da produção do espaço urbano parte do pensamento de Henri Lefebvre no livro *A Revolução Urbana*. Foram feitas diversas leituras a respeito de trabalhos que tratam do tema em estudo, porém os autores selecionados foram os que mais se aproximaram dos pressupostos teóricos em que esse trabalho se apoia. A bibliografia selecionada é composta, portanto, por estudiosos de diversas áreas do conhecimento: o arquiteto e urbanista Renato Pequeno que organizou a publicação *Fortaleza: transformações na ordem urbana*. As sociólogas Irllys Barreira e Elza Braga que organizaram a publicação intitulada *A política da escassez: lutas urbanas e programas sociais governamentais* e o geógrafo José Borzacchiello da Silva com o livro *Quando os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais*. A bibliografia coletada passou, inicialmente, por uma leitura seletiva, em que foram identificadas palavras-chaves e, posteriormente, por fichamento, bem como por trabalho de sistematização e interpretação.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os estudos da bibliografia produzida sobre pobreza em Fortaleza apontou que existe uma produção a respeito desse tema em diversas áreas do conhecimento, como a arquitetura e o urbanismo, a sociologia, a história e a geografia. Cada área realiza sua análise a partir de um ponto de vista disciplinar próprio.

Para Henri Lefebvre (2019) a realidade social é analisada por “ciências parcelares”, cujas divisões e especializações não dão conta da dimensão global do



entendimento do fenômeno urbano, de modo que essa fragmentação pode prejudicar a análise do todo.

Atualmente, convém acrescentar à crítica marxista da filosofia e da ideologia política, em primeiro lugar, a crítica radical das disciplinas redutoras, das ciências parcelares, especializadas, institucionalizadas como tais. Somente essa crítica permite destacar a contribuição de cada uma delas à totalidade em formação. O acesso à totalidade, já sabemos, passa por essa via, e não pela soma ou justaposição dos resultados “positivos” dessas ciências. (LEFEBVRE, 2019, p. 151).

Parece que quanto mais a ciência se especializa, mais se distancia de uma unidade, entretanto, cabe destacar que a realidade não se resume a uma unidade, pelo contrário, as ramificações, a pluralidade e a irredutibilidade da realidade mostra que ela não é apenas uma unidade. A realidade parece ter uma infinitude que a unidade não é capaz de explicar. Por esse motivo também, não é possível esgotar a compreensão da realidade, bem como não é possível esgotar a compreensão sobre a pobreza. O estudo da pobreza precisa ser uma via de mão dupla, no sentido de que a compreensão da pobreza ajuda a compreender a realidade social e a compreensão das realidades sociais ajuda a compreender a pobreza, sempre com “campos cegos”.

Para Henri Lefebvre o campo cego é uma parte da realidade que não foi considerada, que não foi vista, que está fora do alcance e, por isso, não pode explicar a realidade tal como ela é. Essa cegueira consiste “No fato de olharmos atentamente o campo novo - o urbano - , vendo-o, porém, com olhos, com conceitos formados pela prática e pela teoria da industrialização, com um pensamento analítico fragmentado e especializado no curso do período industrial...”. O campo cego surge quando é feita a tentativa de analisar a realidade a partir de conceitos que não são suficientes para explicá-la e que constitui um resíduo que nem é considerado, pensado ou observado. Segundo o autor:

Esse aspecto da problemática urbana (que não são menores e vão além das imagens banalizadas do “meio ambiente”, já que supõem uma análise) não figuram no esquema. Contudo, fazem parte da fase crítica. Ela os contém. Seguindo a metáfora empregada, diremos que essa fase comporta um branco (um vazio), ou um momento sombrio (uma “caixa preta”), ou, ainda, que ela designa um campo cego. (LEFEBVRE, 2019, p. 42)

Os estudos sobre pobreza em Fortaleza apresentam também campos cegos. Apesar de não ser possível realizar um somatório desses estudos, acredita-se que pode-se partir deles, enquanto sessões de um todo, que podem ajudar a avançar no conhecimento do processo de empobrecimento. Considera-se importante pontuar que não existe um conhecimento definitivo da realidade. Apesar de não se mostrar na sua totalidade, o que é possível conhecer da realidade não é uma mera imagem, um mero fenômeno, mas sim uma sessão, um momento, uma parte dessa dita realidade.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS/CONCLUSÃO

Entendendo a realidade como uma composição de sessões (momentos), no caso da pobreza, é preciso realizar sua análise e descrição como uma sessão do todo. O todo dialético é um todo de momentos mediados. Quando se compreende a sessão (momento) também se pode compreender o todo, pois a explicação da parte ajuda a conhecer o conjunto das partes. Supondo que a pobreza é uma parte desse todo, se destacarmos a pobreza do conjunto da realidade não vai ser possível compreendê-la de maneira concreta, mas sim de maneira fetichizada. Portanto, para pensar a pobreza é preciso pensar como ela se insere na totalidade da realidade social.

A pobreza, na verdade, vem sendo considerada através de uma ótica da “cotidianidade submetida às exigências das empresas e tratada conforme a racionalidade empresarial” (LEFEBVRE, 2019, p.46). Essa forma neoliberal e empresarial de abordagem da pobreza é cegante e implica em uma cegueira que, de algum modo, se desdobra em formas de ocultamento da pobreza e, portanto, cumpre uma função ideológica.

A ação do governo federal com relação às precárias condições de vida no Nordeste, apesar de parecer minimizá-las, reforça essa condição. Em outras palavras, negligencia-se que o próprio modo de produção vigente e, de modo mais específico em Fortaleza, a atuação do Estado e seu caráter paternalista e violento é um dos responsáveis pela pauperização da população, na medida em que amplia e aprofunda os mecanismos de exploração e de alienação.

## REFERÊNCIAS

- DIÓGENES, Glória; FERNANDES, Adelita Neto; LIMA, Maria Cláudia. Movimentos Sociais urbanos em Fortaleza: trajetória de um novo sujeito social. In: BARREIRA, Irllys; BRAGA, Elza (Orgs.). A política da escassez: lutas urbanas e programas sociais governamentais. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Tradução de Sérgio Martins. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.
- PEQUENO, R. (2015). Condições de moradia e desigualdades socioespaciais: o caso de Fortaleza. In: COSTA, Maria Clélia; PEQUENO, Renato. Fortaleza: transformações na ordem urbana. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasil: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles.
- SILVA, José Borzarchiello da. Quando os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. Fortaleza: Multigraf Editora, 1992.